4

Com quantos nós se faz uma trança?

A forclusão que Lacan extrai como conceito [de uma frase mais precisa em O homem dos lobos] (...) não define apenas um mecanismo de defesa do sujeito, localizável no aparelho psíquico, ao lado dos outros mecanismos de defesa; não define apenas a operação de uma negação constitutiva do sujeito, mas instaura um lugar exterior ao sujeito e distinto daquele do retorno do recaiado: o fora.

Rabinovitch, 2001, p.21

Os campos científicos sempre se caracterizaram por poderem definir seus objetos e seus contextos. No campo *psi* isso não foi diferente. Freud, desde os seus primeiros trabalhos, busca definir as características das patologias encontradas. De sua pesquisa sem precedentes Lacan extrai três estruturas com as quais, até hoje, trabalhamos, quais sejam, a neurose, a psicose e a perversão.

O termo estrutura, que tem célebre destino no ensino de Lacan, será aqui tomado apenas como modo de afastar esses três destinos subjetivos da noção de “categoria”. As estruturas servem para organizar o pensamento na clínica e não para limitá-la. A divisão entre psicose, neurose e perversão não significa que a subjetividade esteja aí toda descrita, ela representa antes as estruturas discursivas, um modo dos sujeitos habitarem o discurso e não o real dos sujeitos.

A neurose, como se sabe, foi o campo privilegiado da clínica freudiana. Nesse sentido, não é difícil admitir que outros desdobramentos nascessem daí, dessa referência que se tornou o trabalho com esta clientela. Na obra de Freud, o trabalho com a psicose esteve usualmente ligado à neurose, tendo sido quase um encontro inesperado, em que ao pesquisar uma coisa, encontra-se outra. Mas qual é o caminho da clínica se não esse? Se não esse do imprevisto? De

qualquer modo, ainda que Freud não se tenha detido no estudo sobre a psicose, isso não significa que ele não tenha deixado os pilares para esta discussão. Seus textos “As Neuropsicoses de Defesa” (Freud [1894], 1976), Neurose e Psicose (Freud, [1924], 1976), “A perda da realidade na neurose e na psicose” (Freud, [1924], 1976) e seu célebre caso, “O Homem dos Lobos” ([1918], 1976) além de seu estudo do caso Schreber (Freud, [1911-13], 1976) apontaram os caminhos a serem examinados e aprofundados por seus sucessores, como Solal Rabinovitch (2001).

Neste capítulo pretendemos nos aproximar da discussão por ele proposta a partir do conceito de defesa, que ganhou especial importância por ser nomeado por Freud como sendo o que diferenciava, mas que também, por outro lado, aproximava as estruturas (Miller, 1996 & 1999b). Partiremos, pois, deste paradoxo para chegar à discussão, já em solo lacaniano, sobre o conceito de *foraclusão* do Nome-do-Pai.

A *foraclusão* foi o termo escolhido por Lacan para falar da *Verwerfung* freudiana na ocasião de sua análise do caso do Homem dos Lobos (1918) em que Freud identificara o que seria uma rejeição específica da castração. Se há rejeição da castração, se não se aceita a limitação que vem de fora, de um lugar que inauguraria uma relação de exterioridade, como uma estrutura de relação dialética; se não se aceita isso, o que se tem é que esse nome limitador e organizador, chamado por Lacan de *Nome-do-Pai*, fica de fora.

Assim, *foracluir* consiste em expulsar alguém ou alguma coisa para fora dos limites de um reino, de um indivíduo, ou de um princípio abstrato tal como a vida ou a liberdade; *foracluir* implica também que o lugar, qualquer que ele seja, do qual se é expulso, seja fechado para todo o sempre (Rabinovitch, 2001, p.17).

A tese de Lacan sustentava um Nome-do-Pai como tendo o estatuto de ser o significante primordial da cadeia, aquele em torno do qual ela se estrutura. Sem ele, ela se desorganiza, perde-se o fio da meada e com ele se vai o sentido, o que inaugura agora uma outra exterioridade que é mais radical: se o Nome-do-Pai traz para dentro da estrutura da linguagem essa idéia anti-natural de que “o ego não é senhor nem mesmo em sua própria casa, devendo, porém, contentar-se com escassas informações acerca do que acontece inconscientemente em sua própria mente” (Freud, [1916-7], 1976, p.336), de que há, portanto, algo maior ao qual estamos todos submetidos – a linguagem; quando falamos na psicose e na foraclusão desse significante ficamos diante de um outro tipo de exterioridade: na psicose fica-se de fora da própria linguagem. Como diz Rabinovich, a foraclusão não é meramente a identificação de um mecanismo de defesa mas “instaura um lugar exterior ao sujeito e distinto daquele do retorno do recalado: o fora. (Rabinovitch, 2001, p.21)”.

(...) processo primordial de exclusão de um dentro primitivo, que não é o dentro do corpo, mas aquele de um primeiro corpo de significante. É no interior desse corpo primordial que Freud supõe se constituir o mundo da realidade, como já pontuado, já estruturado em termos de significantes (Lacan 1955-56, p. 174).

As conseqüências na clínica de se identificar esse lugar de *fora* na psicose são essenciais e inteiramente atuais. A foraclusão, contudo, não possui uma leitura unívoca, ainda que esse lugar da exterioridade lhe seja sempre intrínseco.

A teoria de Lacan sobre a psicose percorreu todo o seu ensino tendo, portanto, como característica uma certa plasticidade; ganhava novos contornos e sofria as variações de todo trabalho vivo: sempre em movimento, provocando

novos caminhos que antes nem pareciam estar colocados, ainda que fossem caminhos diferentes para se lidar com o mesmo. Uma dessas mudanças que nos parece central para a nossa argumentação vem a ser a constatação de que hoje não encontramos mais paranóias extraordinárias como outrora, os edifícios delirantes não têm mais o destaque que já tiveram há algumas décadas. Algumas referências como os trabalhos da Convenção de Antibes chamados, *La psicosis ordinária* (Miller y otros, 2006) embasam, por ora, a nossa percepção clínica, como vemos a seguir:

Efectivamente, es incuestionable que se encuentran cada vez más psicóticos em análisis y que sus síntomas están cada vez menos marcados por el predominio de los grandes delirios de estilo schreberiano. Sin duda, se debe en parte a los tratamientos medicamentosos; pero el aumento reconocido por todos los practicantes de los casos inclasificables según la lógica clásica (...) nos lleva a considerar gran número de casos en los que el desencadamiento es muy discreto, incluso, hasta no identificable, y los fenómenos elementares (neologismos, alucinaciones, etc) están completamente ausentes (idem, p.47).⁴⁴

Neste contexto, vamos apresentar uma problematização do conceito de defesa em Freud, levantando a possibilidade de compreendê-lo não mais como um conceito que distingue as estruturas, mas para justamente enfatizar sua possibilidade de aproximá-las (Miller, 1999 b). Sabemos que essa leitura não é

⁴⁴ E ainda: “A presença maciça de casos de psicose com signos mínimos de perda do laço com a realidade compartilhada, sem delírios ou perturbações de linguagem evidentes, em nossos dias talvez seja, em muitos aspectos, o fracasso da psicose extraordinária - da paranóia com seu cortejo de delírios megalomânicos, místicos etc. O sucesso da psicose ordinária talvez narre a dificuldade atual de se construir grandes sistemas delirantes espelhando-se no edifício paterno, uma vez que o Pai já não mais sustenta as poderosas instituições verticais de outrora”. (Vieira, 2006)

absoluta, muito ao contrário, foge à doxa lacaniana que sustenta, como Solal Rabinovich (2001), que os mecanismos de defesa são específicos de cada estrutura e por isso servem para diferenciá-las: “Vemos que o eu não pode reduzir-se a ser causa desses mecanismos de defesa e dos distúrbios que eles fomentam; ele é também o seu centro, seu lugar” (idem, p.45).

Contudo, faremos uma opção de leitura por acreditar que ela nos ajudará a delimitar melhor o nosso objeto de interesse.

4.1 Quem se defende? Uma pequena problematização do conceito de defesa em Freud

Não é incomum falar no conceito de *defesa* quando se tem como objetivo discutir a psicose e seus destinos. Que fique claro que não iremos negar o *caminho* que a *verwerfung* aponta para o sujeito psicótico, uma vez que essa manobra nos levaria a negar a própria clínica. O que queremos fazer é discutir o termo defesa quando se pensa, em geral, nas estruturas, sejam elas a neurose ou a psicose.

Quando falamos em defesa somos imediatamente levados a perguntar quem é que se defende e, como a resposta a essa pergunta não poderia ser outra, acabamos por chegar ao *eu*.

Queremos partir, assim, da idéia de que *todos se defendem*: “Lacan propunha como definição da clínica psicanalítica *o real como impossível de suportar*. Isso mostra muito bem que, para ele, as formas clínicas não passavam de modos de defesa contra o real” (Miller, 1996 a, p.198). Seguindo esta idéia a defesa seria um mecanismo geral. Acreditamos que essa proposição possa remontar também a Freud quando, por exemplo, em seu texto “As

neuropsicoses de defesa”, ao falar de casos de neurose, fobia e psicose diz reconhecer nessas três dinâmicas psíquicas a função primordial da defesa:

Em ambos os casos até aqui considerados [neurose e fobia], a defesa contra a representação incompatível foi efetuada separando-a de seu afeto; a representação em si permaneceu na consciência, ainda que enfraquecida e isolada. Há, entretanto, uma espécie de defesa muito mais poderosa e bem-sucedida. Nela, o eu rejeita a representação incompatível juntamente com seu afeto e se comporta como se a representação jamais lhe tivesse ocorrido (Freud, 1894, p.64).

Se é possível pensar essas três estruturas a partir da defesa que engendram, ainda que sejam defesas de qualidades diferentes, sendo uma delas *muito mais poderosa e bem sucedida*, ao colocar esse solo comum para pensar a clínica teremos a possibilidade de abordar a psicose de modo menos totalitário, ao invés de tomá-la como algo que sempre precisará de restituição. A idéia de defesa que talvez nos ajude a avançar seja aquela apontada por Freud em seu célebre texto “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920) quando fala do eu como possuindo um escudo protetor, uma couraça, que por ser resistente aos estímulos externos permite apenas que um fragmento da intensidade original desses estímulos chegue à “vesícula viva”, ao eu (Idem, p.42).

A *proteção contra* os estímulos é, para os organismos vivos, uma função quase mais importante do que a recepção deles. O escudo protetor é suprido com seu próprio estoque de energia e deve, acima de tudo, esforçar-se por preservar os modos especiais de transformação de energia que nele operam, contra os efeitos ameaçadores das enormes energias em ação no mundo externo (Freud, 1920, p.43).

Logo, se a proteção contra os estímulos externos é função tão importante, podemos pensar a defesa como marca da própria estrutura da

linguagem, seja ela neurótica ou psicótica. Nos textos freudianos que vamos abordar, vemos um trabalho de pensar as estruturas uma em relação a outra, mas vale notar que embora Freud assinale as evidentes diferenças que as marcam e definem seus percursos na vida, ele também nos coloca diante de um embaraço que é o de notar o quanto elas podem ser semelhantes, mesmo que não inteiramente. É o “solo comum” ao qual nos referíamos anteriormente.

Em “As neuropsicoses de defesa” (Freud 1894), Freud procura aproximar e distinguir as neuropsicoses de defesa, e o faz utilizando-se de categorias com as quais trabalhava – a histeria, a neurose obsessiva e a paranóia. Se, de um lado, a aproximação entre tais categorias se dá porque o ponto nuclear de seus mecanismos psíquicos é a idéia de *defesa*, de outro é esta também que as distingue.

Nos casos de neurose, a defesa contra a *representação incompatível* se dá separando-a de seu afeto, a representação permanece na consciência, embora de modo enfraquecido. Contudo, Freud aponta para uma espécie de defesa diferente das demais, a defesa da psicose, em que a *representação incompatível* não é separada do afeto, mas banida, junto com ele, como “se jamais tivesse ocorrido” (Freud, 1894, p.64). A defesa é, portanto, o conceito chave que distingue as estruturas neuróticas e psicóticas. Na primeira é de uma defesa “parcial” que se trata (e, que posteriormente, veio a ser chamada de *recalque*), uma vez que a representação ainda permanece na consciência, podendo estar sujeita a *deslocamentos* e *condensações*. Na segunda, porém, a defesa é “bem sucedida” e a representação incompatível é abolida da consciência, ficando “inseparavelmente ligada a um fragmento da realidade, de modo que, à medida que o eu obtém esse resultado [de rompimento com a

representação], também ele se desliga, total e parcialmente, da realidade” (Freud,1894, p.65).

Em “A perda da realidade na neurose e na psicose” (Freud,1924), Freud propõe que o que vai determinar o destino neurótico ou psicótico de um sujeito está relacionado ao tipo, ao alvo, ao sucesso ou ao fracasso da defesa. Na neurose, inicialmente, o ego se coloca a serviço da realidade para suprimir um impulso, tendo, no passo seguinte, que compensar a parte do id que fora danificada, promovendo o que ele chama de um “afrouxamento da realidade”. O fragmento da realidade que passa a ser investido é, porém, diferente daquele contra o qual se deveria defender, é um fragmento metonímico que, para sustentar o disfarce, ganha “uma importância especial e um significado secreto que nós chamamos de simbólico” (Freud,1924, p.234).

Já na psicose, logo num primeiro momento, o ego é arrastado para longe da realidade, mas em seguida há, como na neurose, uma tentativa de reparar a perda da realidade aí efetuada. No entanto, a forma de reparação é absolutamente diferente: não há disfarces e, sim, a criação de uma nova realidade.

Tanto a neurose quanto a psicose são, pois, expressão de uma rebelião por parte do id contra o mundo externo, de sua indisposição – ou, caso preferirem, de sua incapacidade – a adaptar-se às exigências da realidade. (Freud,1924, p.231).

Logo, se para ambas as estruturas a dificuldade central é como adaptar-se às exigências do mundo, a questão deixa de ser apenas a da perda da realidade, para ser também a de identificar *qual o substituto* encontrado para ela. Na neurose, a tentativa de substituir uma realidade desagradável por outra é

possibilitada pela existência de um “mundo de fantasia” que, separado do mundo real, guarda a memória de um momento mais satisfatório sendo, assim, um arranjo para se lidar com a perda de algo fundamental. Na psicose, contudo, um novo mundo tenta colocar-se no lugar da assim chamada realidade externa, e tal mecanismo é possibilitado predominantemente pela elaboração de um delírio que exerça a função reconstrutora. Ele então define os mecanismos:

Na neurose, um fragmento da realidade é evitado por uma espécie de fuga, ao passo que na psicose ele é remodelado. (...) Ou expresso de outro modo: a neurose não repudia a realidade, apenas a ignora; a psicose a repudia e tenta substituí-la (Freud, 1924, p.231).

Finalmente, Freud nos diz que o que pode definir o *comportamento normal ou sadio* é uma combinação de “certas características de ambas as reações” em que “se repudia a realidade tão pouco quanto a neurose, mas depois se esforça, como faz uma psicose, por efetuar uma alteração dessa realidade” (idem, ibidem). Logo, o que estamos querendo dizer é que neurose e psicose ambas produzem defesas para lidar com o que pode ameaçar o sujeito, ambas erigem seus modos de lidar com o que é invasivo, com o real, poderíamos dizer. Estamos, assim, na trilha que nos indicou Miller (1996 a).

Partindo, então, desse pressuposto de que diante de algo invasivo teremos sempre que estabelecer nossas defesas, pareceu-nos importante fazer um contraponto entre a ênfase posta por Lacan, em sua *questão preliminar* (1966 a), na distinção de mecanismos específicos – que viemos definindo no capítulo anterior – que pensa a psicose como uma falha no simbólico e aposta numa cura cuja direção é a produção de um efeito simbólico de restituição; e a ênfase apontada por ele na conferência e no seminário sobre James Joyce

(Lacan, 1976) em que uma nova versão do simbólico, onde se assume sua possibilidade de poder ou não constituir uma cadeia ordenada, é estabelecida.

Essa clínica dos nós, foi chamada por Jacques Alain Miller de “Clínica Universal do Delírio”; nela se aposta, justamente, que o simbólico não está de todo “capitonado”, ou seja, que ele está furado de modo irreduzível e que a fantasia neurótica funciona, ela também, como suplência a esse furo (Soler, 1996).

De modo ainda bastante simplificado pode-se dizer que a partir dos anos 70 temos uma mudança da referência paradigmática da psicose: ela deixa de ser a paranóia de Schreber e sua estabilização pela via delirante, e passa a ser Joyce e o sintoma como regulador do gozo.

4.2 Uma possibilidade de trabalho com a psicose

Talvez possamos especificar que afinal não é só o Simbólico que tem o privilégio desses Nomes-do-Pai, não obrigatoriamente está no buraco do Simbólico a nomeação.

Jacques Lacan (1974-75, lição de 15.04.75)

Chamo de clínica universal do delírio aquela que toma como seu ponto de partida o seguinte: todos os nossos discursos não passam de defesas contra o real.

Jacques Alain Miller (1996, p.190)

As indicações clínicas de Lacan sobre a psicose nos anos 70 partem da idéia do nó borromeano⁴⁵ como sendo aquilo que enlaça os três registros nomeados por ele de real, simbólico e imaginário e que são os responsáveis

pela constituição da realidade psíquica⁴⁶. Cada um desses registros seria independente, ou seja, eles não seriam naturalmente enlaçados: se um elo é cortado, todos se desatam⁴⁷. Dessa forma, o nó borromeano poderia nos apresentar a uma nova possibilidade do fazer analítico, com os três registros tendo importância equivalente, diferentemente do que fora a ênfase dada ao simbólico.

Sem dúvida, do último ensino de Lacan emerge uma verdade que não é do tipo sólido, que tampouco é do tipo superfície, e que ele quis que fosse do tipo nó, tipo que não nos é familiar. Foi porque essa verdade surgiu que o nó se pôs a ex-sistir (Miller, 2002, p.10).

Assim, a princípio, os três registros não são somente equivalentes e indistintos, mas também desatados e independentes, e apenas um quarto elo ou uma "ação suplementar" poderia distingui-los e enlaçá-los borromeamente. O que estamos aqui chamando de *quarto elo* ou de *ação suplementar* é a produção do que Lacan chamará de um *sinthoma*, que ao servir como um

⁴⁶ Cf. nota sobre RSI no primeiro capítulo desta dissertação, p.22.

⁴⁷ Nesse momento Lacan buscava representar, a partir da própria experiência analítica, a posição de ex-sistência do real ("A ex-sistência designa sempre, quando a invocamos, quando a pomos em função, a posição do real uma vez que esta posição é correlativa à inexistência do Outro". Miller, 2002, p.11) por isso uma característica fundamental do nó borromeano é, justamente, a de não ser um modelo, de não visar à representação: "o nó não é o modelo, é o suporte. Ele não é a realidade, é o real" (Lacan, 1974-5, lição de 15.4.75).

grampo, ataria os três registros do nó borromeano⁴⁸: “O quarto elemento aqui não é outro senão o que suplementa o simbólico em sua função primeira, a nomeação – que nomeia o real indizível, suplementando a queda do Outro” (Skriabine, 2006, p.104) .

Segundo essa compreensão somos todos, psicóticos ou neuróticos, instáveis, nossa falha é estrutural e é por isso que para fazer frente a ela precisamos produzir nossas próprias suplências. Essa é a aposta que Miller e todo um programa de investigação sobre o tema faz, através da demonstração das possibilidades de enlace. Vamos aqui nos aproximar um pouco desse programa de investigação por acreditar que ele pode nos servir para pensar a clínica da saúde mental.

“O psicótico possui um déficit no simbólico”: qualquer interessado na teoria lacaniana sobre as psicoses já ouviu algo assim. O que essa clínica dos nós traz para a cena é a possibilidade de essa *falha do simbólico* não ser exclusividade dos psicóticos e, nesse caso, aquilo que diferenciaria as estruturas seria a forma como cada uma delas lida com a falha que está para todos.

A aproximação apontada por Freud sobre a perda da realidade que estaria colocada tanto para a neurose quanto para a psicose, ainda que de modos diferentes, traz para a cena, algo que seria um *em comum*. Miller (1996)

48

O quarto elo (representado em preto) é aquele cuja consistência Lacan atribui, de início, ao Nome-do-Pai em sua função radical de dar nome às coisas e, em seguida, aos nomes-do-pai no plural.

também insiste na referência freudiana de que *nada deixa de ser sonho*, o que teria dado ensejo à teoria de que todos somos, de algum modo, delirantes. É importante dizer que *todos delirantes* não é equivalente a *todos paranóicos*, mas antes a *todos defendidos*.

Observemos que a tese obre o universal do delírio é freudiana. Para Freud, nada deixa de ser sonho. (...) Se tudo é sonho, todo mundo é louco, isto é, delirante. Eis a tese que proponho colocar no frontão de uma clínica diferencial das psicoses: todo mundo é louco. Torna-se interessante, então, estabelecer as diferenças. (Miller, 1996, p.190)

Nesse sentido, o pai seria um dentre outros significantes que poderiam assumir esse lugar central, do significante unificador:

Não resta dúvida de que a forclusão tem alguma coisa de mais radical. O Nome-do-Pai é, no final das contas, alguma coisa leve (Lacan 1975-76, p.117).

Passando assim a ser entendidos como uma pluralidade, esses significantes, agora *nomes-do-pai*, estariam sempre articulados, enlaçados e só assim fariam estabilização. O nosso trabalho passa a ser, desta forma, o de ficar atentos ao que pode funcionar como nome-do-pai para cada sujeito para fazer nó estável.

A questão, então, é saber mediante que função esse sem nome resulta domesticado. Dado que o rechaço do gozo se produz em todos os casos a questão é saber o que o domestica. Pois bem, o sinthoma leva a cabo esta contenção. Por isso, a função do pai é a função do sinthoma (Miller, 1998, p.381).

A partir dessa idéia de que quando diante do gozo, ou do real, o rechaço se faz necessário, de algum modo, a questão que nos fica é saber o que permite

essa operação de contenção, o que funciona como filtro para lidar com o real. O que Miller aponta é que qualquer que seja a invenção, qualquer que seja o filtro, ele será sempre de defesa. O que parece passar a precisar de melhor especificação é exatamente a idéia de delírio, pois aqui ela já não pode mais ser abordada como algo exclusivamente patológico, pois se o delírio é uma ferramenta para se enfrentar o real, que se impõe a todos nós, ele parece antes, vital e não mais patológico: “A tese da clínica universal do delírio significa que em relação ao real, todos os sujeitos, neuróticos ou psicóticos são delirantes. Para dizer de outro modo face a não relação sexual todos os sujeitos são delirantes” (Gueguen, 2002, p. 13).

Logo, o que se está dizendo é que a suplência, antes reservada aos psicóticos quando da tentativa de remendar o furo no simbólico, está agora generalizada. Vamos olhar mais de perto a evolução dessa idéia de suplência⁴⁹.

O verbo *suprir* aparece pela primeira vez em Lacan, segundo Deffieux (2006, p.167), em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível na psicose* (Lacan, 1998) articulado à forclusão do Nome-do-Pai, ou seja, como uma “possível compensação do vazio da forclusão paterna na psicose e em Schreber” (p.167). Nesse momento, na década de 1950, Lacan apostava no Édipo como o que separava de um lado a neurose e de outro a psicose, e o significante do Nome-do-Pai era, até então, aquele responsável por instaurar a ordem da linguagem e por inscrever o sujeito na lei simbólica.

Desse modo, a clínica dita *borromeana* se apresenta como uma clínica que não se sustenta mais sobre a referência paterna como universal diferenciador⁵⁰.

⁴⁹ A teoria da forclusão generalizada poderia se chamar, como destaca Vieira, *suplência generalizada* ou como o quer Gueguen, *sintoma generalizado*.

A partir da ênfase no nó, o termo *suplência* pode ser ressignificado deixando de estar vinculado ao Nome-do-Pai do Édipo e referindo-se ao sinthoma como enlace, “como aquilo que vem reparar o ratear do nó de três aros”⁵¹. Nesse sentido a suplência não mais está relacionada a um déficit do Nome-do-Pai do Édipo, ela se generaliza. A suplência nessa nova vertente é aquilo que mantém unidos os três aros do nó borromeano (real, simbólico e imaginário) graças a um quarto.

Vemos apresentar-se aí um enfraquecimento do que seria a forclusão. Se, até então, ela estava relacionada à estrutura da psicose, marcando uma constituição subjetiva carente de organização simbólica (através do significante do Nome-do-Pai), agora a forclusão se generaliza pois parte-se do princípio de que, para todos, psicóticos ou não, há sempre um significante que não se inscreve: “Trataria-se, antes, de um furo (trans)estrutural que de uma falta contingencial à psicose”(Guerra, 2007, p.112).

⁵⁰ Passados vinte anos, Lacan opera em sua clínica mudanças importantes que teriam seguido o rastro das próprias mudanças da sociedade: “O Édipo não teria como manter-se indefinidamente em cartaz nas formas da sociedade em que se perde cada vez mais o sentido da tragédia” (Lacan, 1988 c, p.827). As sociedades vêm se estruturando desde sempre segundo essa orientação de que existe sempre aquele em relação a quem, hierarquicamente, devemos prestar contas e pedir a direção a ser seguida. Mas atualmente, esse *um* se transformou em vários, não sabemos mais, ao certo, quem é o mestre, há inúmeros caminhos possíveis, há estradas secundárias sendo tomadas como oficiais. No ritmo das mudanças desses acontecimentos sócio-culturais muda também a clínica, mas devem mudar nossas ferramentas? Falar em superação da referência paterna, da clínica edípica, ou em uma “nova” clínica pode, porém, aos nossos olhos, desembocar em um suicídio conceitual. De todo modo essa discussão foge ao escopo dessa dissertação e não é necessária a seus objetivos.

⁵¹ Deffieux, J.P., 2006, p.167.

A solução singular que cada sujeito encontra para sobreviver a este furo causado pelo encontro traumático com o real é o que se chama, nessa clínica, de invenção de um *sinthoma* como uma forma de suplência⁵².

Para que o homem encontre sua substância de falasser, é necessária uma suplência sinthomática que mantenha juntos os três aros. O Nome-do-Pai do Édipo, que é sintoma, constitui uma suplência, mas ele é apenas um entre muitos outros. Joyce nos fornece o exemplo de um modo de suplência sinthomática pela escrita que não passa pelo Nome-do-Pai do Édipo (Deffieux, 2006, p.167).

Nesse sentido, a *suplência* é esse algo a mais que viria suprir, ficar no lugar de, preencher uma falta, mas sua entrada traz consigo novos sentidos de modo que o enlaçamento que ela promove não apenas garante a existência de um conjunto, mas modifica sua apresentação. Talvez por isso, nessa abordagem, falemos tanto em invenção, porque nela suprir não é simplesmente ocupar um espaço deixado vazio com um remendo que forja o original. Suprir aqui, é inventar um novo modo de fazer a costura, o que já não é apenas específico da psicose, uma vez que todos teríamos que criar uma forma de suplência para lidar com aquilo que é impossível de nomear. A forclusão, sob este ângulo, é para todos.

O que estamos tentando dizer é que, a partir desse entendimento, o Nome-do-Pai é passível de ser dispensado, ou melhor, passa a ser entendido como um dentre os muitos modos de amarração do sujeito. Isso implica dizer que o Nome-do-Pai não é automaticamente inscrito no significante, ou “a

⁵² Deffieux acredita, contudo, que seria difícil dissociar suplência de Nome-do-Pai, mas que seria necessário, para esta nova abordagem do termo *suplência*, dissociar o Nome-do-Pai da função paterna, mantendo-lhe unicamente a função de nomeação. Nessa direção, suplência e nomeação ficariam relacionadas, de modo que passamos a entender nomeação, fundamentalmente, como enlaçamento.

É essa a segunda clínica de Lacan, que é mais uma clínica ao mesmo tempo da transferência e uma clínica do sintoma como solução. Não somente de um sintoma que deve ser decifrado, mas do sintoma como efeito de criação (Zenoni, 2000, p.50).

Partindo deste olhar, podemos apontar formas de estabilização outras que não busquem necessariamente a restauração do sentido, reiterando uma aposta anterior de que na clínica com a psicose o clínico deve permanecer discreto, evitando interpretações, elaborações de saber. É, pois, nesta direção do *não sentido* que pensamos poder encontrar as novas soluções para a estabilização nas psicoses: “A estabilização é uma operação que circunscreve, localiza, deposita, separa ou apazigua o gozo, correlativa de uma entrada em algum tipo de discurso, por mais precário que ele seja (Alvarenga, 2000, p.18)”.

Numa via diferente da metáfora delirante, teríamos por exemplo o trabalho de escrita que não estaria em busca de uma restauração do sentido. O que se evidencia é que essas outras saídas estabilizantes que encontramos nas psicoses, a que temos chamado de *tratamento pelo sintoma*, não se situam no campo da interpretação, mas antes naquele da construção, do artesanato (Lacan, 1975-6 & Vieira, 2006). Nossa posição, então, seria a de não atrapalhar esse trabalho, optando por afastar a posição interpretativa e oferecendo ao sujeito espaço para criar suas soluções.

Ficamos com a direção que essa clínica de Lacan nos oferece: o analista deve manter-se discreto, afastar-se de uma posição interpretativa que busca o sentido, e oferecer-se como destinatário da produção de seu paciente, ou seja, ser seu secretário. A esta postura acrescentamos a de destinatário do artesanato do sujeito. Assim, buscamos com essas estratégias, poder

acompanhar a construção do sujeito, com suas próprias saídas, e seus próprios caminhos de chão.

O que estamos dizendo é que ainda que para o tratamento da psicose muitas vezes precisemos afrouxar os vínculos comumente intensos com os pacientes numa direção bem clara de não marcar cada palavra por ele trazida, de não insuflar ainda mais a sua produção, optando, pois, por não significantizar o seu discurso, o que estamos dizendo, repito, é que ainda assim nosso lugar é fundamental. Lugar discreto, é verdade, antes um apoio, semelhante a uma rede de sustentação que garante que algo se produza, mesmo fora dos trilhos do sentido. Essa rede artesanal pode ser apoiada no trabalho conosco, com os técnicos.